



Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros

ATA DA SESSÃO N.º 20
Sessão Ordinária de 23/09/2024

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e quatro, pelas 21:00 horas, nesta Vila de Alhos Vedros, no edifício da Junta de Freguesia, no Largo da Graça, reuniu-se em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia, para a sua 20^a sessão, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1 – Renúncia de Mandatos
- 2- Eleição do 1º Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia
- 3 - Deliberação de Alteração ao Regulamento do Orçamento Participativo da Freguesia de Alhos Vedros
- 4 - Discussão dos Atos da Junta

Estiveram ausentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros:

- Márcia Oliveira substituída por Sara Soares
-

Estiveram presentes os seguintes membros do Executivo da Junta de Freguesia de Alhos Vedros:

- Artur Varandas
- Maria João Fatia
- José Ferreira
- Paula Amorim
- Carlos Dias

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros deu início à realização da Assembleia de Freguesia.

Na ausência do 1º Secretário da Mesa, a Sra. Presidente propôs o Sr. Cândido Pereira para ocupar esse lugar, não havendo oposição por parte dos restantes membros da Assembleia.

Seguidamente a Sra. Presidente pôs à discussão a ata nº 15 do dia 25/09/2023, com as alterações gramaticais efetuadas pela Sra. Paula Diogo. Não havendo intervenções, a ata foi aprovada por unanimidade, sem os votos dos membros Jorge Marques, Cândido Pereira, Belmira Marques, Rita Perpétua e João Viegas.

De seguida, foi lida pela Sra. Rita Perpétua, da bancada do PS, uma Saudação aos Bombeiros Portugueses (anexa à ata).

Não havendo intervenções por parte da Assembleia, a Saudação foi posta à votação, sendo aprovada por unanimidade.

De seguida, foi lida pela Sra. Paula Diogo, do Merecemos +, uma Saudação à Comunidade Escolar da Freguesia de Alhos Vedros (anexa à ata).

Não havendo intervenções por parte da Assembleia, a Saudação foi posta votação, sendo aprovada por unanimidade.

De seguida, foi lida pela Sra. Eli Rodrigues, da bancada da CDU, uma Moção de Louvor (anexa à ata).

Belmira Marques – PS (Partido Socialista)

Acha que o que foi lido pela CDU, não é uma Moção de Louvor, o que ouviu foi um manifesto do PCP sobre a política florestal.

Paula Diogo – M+ (Merecemos +)

Está absolutamente de acordo com uma série de fatores que foram mencionados como a aposta nas espécies autóctones, o apoiar o associativismo florestal, reforçar os serviços do Estado, o trabalho da Proteção Civil, dar garantias aos bombeiros e às associações, os meios de reconstituição do corpo de guardas-florestais, no entanto, não pode acompanhar esta Moção porque há algumas afirmações com as quais não se revê e que no seu entender não correspondem à realidade atualmente. Quando se fala que o PS e o PSD estão de mãos dadas e “que depois de 2017 ninguém se preocupou com os problemas da floresta e da Proteção Civil tem como objetivo esconder que PS e PSD são os autores”, portanto irá votar em branco.

Pedro Galha - Independente

Apesar de concordar com certos pontos que estão descritos, não podemos esquecer que o PCP deu a mão aos sucessivos governos de PS durante 6 anos. Isto não é um louvor é um manifesto, por isso não vai acompanhar esta moção.

Gabriela Filipe – BE (Bloco de Esquerda)

Refere que esta moção de louvor aos bombeiros parece mais uma moção de louvor à batalha que o PCP tem travado na Assembleia da República e fora dela, apesar de concordar com toda a descrição dos problemas existentes nesta área.

Cândido Pereira – PS

Basicamente pensa que quase todas as pessoas estão de acordo com algumas das iniciativas que são preconizadas aqui, algumas das frases ou das ideias que estão mencionadas não se ajustam a esta questão, porque acaba por ser um manifesto político e ideológico. Esta moção para ter o consenso de todos não podia estar redigida desta forma.

Jorge Marques – CDU (Coligação Democrática Unitária)

Esta questão dos incêndios é tão grave e é tão cíclica e é sempre nos mesmos sítios. Fala-se sempre nisto depois dos incêndios, esta esta moção de louvor tenta também responsabilizar alguém porque desde os de 2005 que foram graves, 2012 e 2017 foram gravíssimos, foram assustadores e agora temos nos mesmos sítios a mesma situação. Há sempre planos fantásticos de ordenamento do território e do ordenamento da floresta. Esta moção é de louvor a todos os que trabalham naquilo que é necessário fazer, mas também dizer que nunca se faz nada.

A Presidente da Mesa pergunta à bancada da CDU se pretendem alterar o texto desta moção para poder ser posta à votação.

A bancada da CDU altera só o nome, em vez de Moção de Louvor fica só Moção.

Assim, foi posta à votação, tendo sido aprovada com 4 votos a favor da bancada da CDU e 9 abstenções (PS, BE, M+ e membros independentes).

De seguida, cumpriu-se um minuto de silêncio.

A Presidente da Mesa continuando no período antes da Ordem do Dia pergunta ao público presente se pretende falar.

Sra. Helena Pereira

Começa por salientar já passaram quase 3 anos da campanha eleitoral onde o PS prometeu mundos e fundos à população de Alhos Vedros. Assim a higiene urbana na nossa Freguesia está um caos, as ruas estão com lixos, os buracos nos passeios, nas estradas cada vez são mais. O que se passa, desistiram das promessas? O eucaliptal propriedade da Câmara Municipal da Moita junto à zona industrial está abandonado com duas mesas de madeira em mau estado, que o Sr. Presidente mandou lá colocar e tanta propaganda fez, era uma obra exemplar. Na Rua Miguel Tiago nas Arroteias até à rotunda do Gamito já tem mais buracos do que alcatrão. Na zona verde junto ao infantário Charlot as lajetas estão quase todas levantadas, existe um buraco junto do sistema de rega que ainda há pouco caiu lá uma criança. Será que ninguém vê?

Quantos médicos já chegaram ao nosso posto médico do projeto da Bata Branca, mas agradecia que o Sr. Presidente diga quantos.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

As perguntas que foram feitas são muito objetivas e concisas, mas também foram perguntas que lhe fazem responder de uma maneira diferente.

O programa do PS de 2021 a 2025 são dois programas, é o programa da Freguesia e é o programa do Concelho, são dois órgãos distintos, autónomos, independentes, duas autoridades

administrativas com competências legais muito distintas, com obrigações e responsabilidades muito diferentes, com orçamentos muito diferentes, com recursos muito diferentes. Como estamos na Assembleia de Freguesia quer relembrar que o programa foi executado em 75% falta 25% estamos a um ano do final do mandato.

A Sra. Helena Pereira veio falar no programa eleitoral, no geral, do PS e são dois programas eleitorais e estão a executar o programa eleitoral do PS na Freguesia. Mistura tudo. A Junta não tem responsabilidade pela higiene urbana no eucaliptal junto ao Bairro Francisco Pires, o que se fez foi aquilo que acharam que era melhor para a população, que aquilo estava ao abandono, tiraram mesas que não eram mesas era só cimento, limpam que não era obrigação.

Nos espaços verdes existe uma responsabilidade e uma obrigação e uma competência que é da Câmara Municipal da Moita e é essa entidade que tem que ser assacada alguma responsabilidade quando existe um atraso. No jardim junto ao Charlot a Junta de Freguesia já investiu quase 5000 euros desde o início do mandato, meteu um equipamento de fitness para um grupo de jovens e menos jovens que era solicitado.

Sobre o protocolo Bata Branca este está assinado como toda a gente sabe. Este Executivo quer resolver problemas, quer colaborar, quer ajudar, quer encontrar soluções e quer mitigar os problemas. O problema da saúde é um problema que há anos existe no Centro de Saúde de Alhos Vedros devido à falta de médicos e devido à prestação de cuidados de saúde.

Neste momento, devido a barulho existente na sala, a Assembleia de Freguesia foi interrompida.

Para continuar a sua intervenção, a Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Este protocolo foi assinado em setembro, se já entrou algum Médico, não sabe. Esse protocolo não depende de nós, ele depende dos intervenientes e a gestão é dos intervenientes, mas que venham mais Médicos do setor social para aqui.

Cândido Pereira – PS

Relativamente às questões que foram levantadas, tem a dizer que há situações que são da competência da Junta e outras são da Câmara. O facto de algumas questões não serem diretamente da competência da Junta não implica que as pessoas não venham queixar-se, apresentar sugestões relativamente a esses assuntos, isso é benéfico e é produtivo tanto mais que reforçam inclusivamente a posição do Executivo relativamente a algumas das situações que podem existir e que sejam anómalas e reforçam a posição do Executivo se eles transmitirem depois à Câmara.

Foi aqui falado do eucaliptal. O eucaliptal está abandonado porque existiu um projeto para construir uma pista de atletismo há mais de 20 anos e ela nunca foi feita. Se a pista lá tivesse a situação seria outra.

Quer ainda dizer que às vezes geram-se aqui algumas emoções e que porventura podem extravasar um bocado, mas as pessoas estão aqui de boa-fé no sentido que a Freguesia melhor. Este espaço é um espaço de sugestões, as pessoas podem muito bem dar sugestões ao Executivo se tiverem aqui com espírito construtivo.

Seguidamente, a Presidente da Mesa deu a palavra ao membro independente Pedro Galha, que leu o seu pedido de renúncia de mandato, a partir do dia 24 de setembro de 2024 (anexo à ata).

Seguidamente foi lida pelo membro da bancada do PS Célia Penedo, uma declaração política “3 Anos de Mandato” (anexa à ata).

ORDEM DO DIA

1 – Renúncia de Mandatos

A Senhora Presidente da Mesa apresentou os três pedidos de renúncia de Mandatos da bancada do Partido Socialista (previamente enviados a todos os membros).

Assim, a constituição da bancada do PS ficará como abaixo descrito.

- Sr. Fábio Silvano substituído pelo pela Sra. Belmira Mendes Marques
- Sr. Paulo Sérgio Pereira substituído pela Sr. Cândido Hermenegildo Carreira Dias Pereira
- Sra. Ana Cristina Mendes Rosado substituída pela Sra. Rita Daniela Assunção Perpétua

A Sra. Ana Mafalda Campos (suspensão mandato por 1 ano) vai ser substituída por João Viegas.

Seguidamente o membro Jorge Marques da CDU leu uma declaração política (anexa à ata).

2 – Eleição do 1º Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia

Como um dos elementos que pediu renúncia de mandato era o 1º Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia, é necessário eleger outro membro desta Assembleia.

Assim, a Presidente da Mesa propõe o membro Cândido Pereira, da bancada do PS, para 1º Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia.

Não havendo mais propostas, foi votado por votação secreta.

O Sr. Cândido Pereira foi eleito para 1º Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros com 10 votos SIM e 3 abstenções.

3 – Deliberação de Alteração ao Regulamento do Orçamento Participativo da Freguesia de Alhos Vedros

Artur Varandas – Presidente do Executivo

O Sr. Presidente do Executivo propôs à deliberação várias alterações ao Regulamento do Orçamento Participativo conforme proposta anteriormente entregue e de acordo com o aprovado pela Comissão de Acompanhamento a 5-9-2024.

Jorge Marques – CDU

Explica à Assembleia a questão de os membros da Assembleia de Freguesia poderem ou não votar, visto ter estado, na reunião, juntamente com o membro Paula Diogo, contra esta alteração. São estes os promotores do projeto, os que criam as regras, definem e avaliam quem é que pode e

quem é que não pode concorrer, fazem as eleições, fazem todo o escrutínio e ainda vão votar. Acha que era uma proteção de todos os eleitos porque se trata de dinheiros públicos.

Gabriela Filipe - BE

Explicou porque é de acordo com a alteração para os membros da Assembleia de Freguesia poderem votar no Orçamento Participativo.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Voltou a defender o direito ao voto por parte dos membros do Executivo e da Assembleia. Também chamou a atenção que este Executivo quis que o Orçamento Participativo fosse o mais abrangente possível. O Executivo tinha todo o direito a implementar o Orçamento sozinho, mas quis formar esta Comissão de Acompanhamento.

Cândido Pereira - PS

Apesar de compreender as dúvidas que foram colocadas, também acha que se se cumprir todas as regras que estão no Regulamento, não vê nenhuma impossibilidade para que não se vote.

Pedro Galha - Independente

Lamenta que não tenha participado nestas reuniões para a discussão de alteração ao regulamento do Orçamento Participativo, mas apesar disso também concorda que todos devem ter direito a votar nas propostas a serem apresentadas.

Seguidamente a Presidente da Mesa põe à votação, artigo por artigo, a ser alterado.

- Artigo 2º - aprovado por maioria, com 11 votos a favor e 2 abstenções dos membros independentes Rosa Paula Marques e Pedro Galha
- Nos vários artigos onde consta familiares, passa a constar familiares diretos – aprovado por maioria, com 11 votos a favor e 2 abstenções dos membros independentes Rosa Paula Marques e Pedro Galha
- Acrescentar um artigo novo (nº 11 dando posterior sequência numérica aos restantes - aprovado por maioria, com 11 votos a favor e 2 abstenções dos membros independentes Rosa Paula Marques e Pedro Galha
- Artigo 9º retirar o ponto nº 2 – aprovado com 6 votos a favor, 6 votos contra (4 da CDU, 1 do M+ e 1 do membro independente Rosa Paula Marques), uma abstenção do membro independente Pedro Galha e o voto de qualidade da Presidente da Mesa

4 – Discussão dos Atos da Junta

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Apresentou o Relatório de Atividades de junho a setembro de 2024, no projetor / tela, conforme documentação que foi entregue aos membros da Assembleia de Freguesia.

Paula Diogo – M+

Colocou duas questões, uma em relação à abertura do ensino secundário na escola porque viu no site e só estava a apresentação de uma turma, a outra é sobre a parceria com a Wells se há noção de quantos bebés já nasceram na Freguesia até à data. Em relação à reunião que refere no dia 30 de julho com o Presidente da Câmara, espera que o Sr. Presidente nessas reuniões transmita as inúmeras reclamações que surgem em todas as Assembleias de Freguesia relativamente à limpeza

urbana e que não são competência da Junta, mas sim da Câmara. Acha que era muito importante nós sabermos isso. Em relação aos equipamentos de ar condicionado acha muito bem que se tenha investido a melhorar as condições dos profissionais de saúde, mas também seria muito importante que reconhecessem isso e divulgassem dentro dos seus canais, talvez fosse um incentivo a que mais profissionais de saúde queiram vir trabalhar para aqui.

Eli Rodrigues - CDU

Em relação ao relatório que nos enviaram há uma parte que diz “em relação à informação financeira da Junta temos a informar que nas duas contas bancárias, os valores de saldo à data de 16 de setembro estão em linha de conta com os de finais de dezembro 2023” gostariam de ver qual os valores de saldo. Nos investimentos mais relevantes acham interessante, mas no Estado não existem valores aproximados, existem valores concretos. Exemplos disso são; valor aproximado em eventos do aniversário do 25 de Abril, valor aproximado da aquisição da carrinha, valor aproximado nos ares condicionados, valor estimado que ainda é mais grave. Nós, como órgão fiscalizador, chegamos a esta altura e não sabemos quanto é que se gastou nestes inventos?

Em relação à apresentação chegou a um ponto que estava um bocadinho baralhada, achava que a apresentação era o relatório de atividades da Junta de Freguesia, afinal é o relatório de atividades da Junta de Freguesia com o relatório de atividades da Câmara Municipal.

Quer também esclarecer que passámos momentos muito difíceis e as Autarquias foram as que levaram maiores cortes, por exemplo, não se podia contratar pessoal ficámos proibidos, por cada dois trabalhadores que saíam só se podia contratar um. Em relação ao concurso o que é certo é que no outro mandato abriu-se a vaga e até hoje não foi posto ninguém.

Jorge Marques - CDU

Dirigiu-se à Presidente da Mesa com as seguintes questões:

. a compra da nova carrinha devido ao valor envolvido não tinha que vir à Assembleia de Freguesia?

. têm feito vários requerimentos à Assembleia e a resposta do Executivo é “nim”, isto é, não responde. Os documentos são públicos como o Sr. Presidente mostra, (os documentos todos do mandato anterior) deste mandato nós pedimos em requerimento enviado à Mesa da Assembleia os relatórios trimestrais de execução do protocolo de descentralização de competências porque é obrigatório fazer esse relatório e nós Assembleia de Freguesia, como órgão fiscalizador, interessamos saber do dinheiro do protocolo, o que é que é gasto, como, onde e quanto, O Sr. Presidente responde e a Sra. Presidente encaminha. Na resposta diz que a gente não tem nada a ver com isso. Então os documentos são públicos e quando nós pedimos um requerimento, esse requerimento, ainda por cima está previsto que seja feito trimestral, o Sr. Presidente diz que os membros da Assembleia não têm direito ao assunto.

Gabriela Filipe – Presidente da Mesa

Em resposta ao membro Jorge Marques, esclareceu que a carrinha está em orçamento, o valor está orçamentado. Em relação aos requerimentos estes são devidamente respondidos pelo Sr. Presidente e encaminhados pela Presidente da Mesa que é a sua única obrigação e dentro dos prazos estabelecidos. Se as respostas não satisfazem a bancada da CDU é outra questão.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Começando pela resposta ao membro Jorge Marques diz que as questões levantadas pelo mesmo revela um absoluto desconhecimento da lei e das competências que ele tem como eleito na Assembleia. A carrinha foi deliberada em executivo três vezes, as atas são públicas. Nas grandes opções do plano a aquisição de uma carrinha de serviços pelo executivo o Jorge foi aprovado, está

cabimentado um valor inicial. Depois fizemos uma revisão orçamental e a rúbrica para comprar a carrinha foi aprovada.

Sobre os requerimentos, qual é a legitimidade das pessoas que pertenceram a outros mandatos solicitarem documentos de adjudicações de há 10 anos. Qual é a legitimidade de pessoas que estão neste mandato de solicitar documentos que foram eles próprios que aprovaram e deliberaram e que já foram fiscalizados pelo órgão deliberativo em anos anteriores. Em relação aos relatórios de avaliação deverão ser enviados à Câmara Municipal. Quem tem legitimidade para os pedir são os Vereadores, neste caso os da CDU.

Em relação à contratação dos trabalhadores foi aberta efetivamente uma vaga em 2021, está em ata de 18/06 de 2021, alegam que precisam de abrir uma vaga para um técnico superior de contabilidade porque não têm capacidade de gerir a Junta de Freguesia se não tiverem um técnico. Nós temos capacidade de gerir a Junta sem técnico superior há 3 anos e apresentamos os melhores resultados de sempre da Junta de Freguesia. Ainda mais, dizem que a pessoa que trata destes assuntos não tem capacidade, não tem formação e a Junta precisa de alguém que tenha capacidade de tratar destes assuntos. A pessoa tem capacidade e tem competência e é uma pessoa absolutamente extraordinária, deviam pedir desculpa à Sra. Paula Santos que tem 42 anos de serviço aqui dentro. Em resumo nunca fizeram nenhum procedimento concursal, não fizeram não é porque não pudessem, porque não quiseram.

Em resposta à Sra. Paula Diogo e em relação ao número de alunos, falaram-lhe em turma, turma e meia e considerou, se calhar mal, duas turmas. Estão a ser instalados dois pavilhões para estas turmas. Quanto aos bebés que nasceram já foram entregues à volta de 85 malas, mas não podemos depreender da entrega das malas que foram estas que nasceram na Freguesia, há pessoas que talvez não venham buscar. Temos um pedido para mais 100 malas. Acha que estamos todos de parabéns, esta é uma das várias medidas que tem sido um sucesso e as pessoas têm elogiado muito e até agradecido o facto desta lembrança.

Cândido Pereira – PS

Em relação ao relatório apresentado, há uma série de obras que foram mencionadas e é evidente que isso depende da vontade do Executivo, se tivessem outros se calhar faziam outro tipo de obras que achassem ser prioritárias. A questão que quer levantar tem a ver com o Parque das Salinas. Acha que os elementos da Junta devem solicitar à Câmara que veja e reveja algumas situações que lá se passam relativamente a passeios, buracos e coisas do género. Há algumas vedações derrubadas e já para não falar da situação mais gravosa deste Parque. Estava prevista uma remodelação no Parque das Salinas, mas estamos a um ano de acabar o mandato e não acredita que seja possível.

Rosa Paula Marques – Independente

Não vai falar dos bebedores nem dos chafarizes, porque não vale a pena. Só que perguntar ao Sr. Presidente para quando está prevista a pintura dos muretes da Quinta da Fonte da Prata já que tem tanto orgulho em tudo o que lá faz. Também gostava de ter orgulho de dizer que o Sr. Presidente tinha pintado os muretes.

Pedro Galha – Independente

Após ver a apresentação que o Sr. Presidente fez, gostava de salientar em relação às placas do teto da escola de cortiça de quem é que partiu a decisão de tirar as mesmas e se foi feito algum tipo de isolamento, porque aquelas placas serviam de isolamento dentro das salas. Em relação à vedação da linha do sado que tem sido sucessivamente vandalizada e destruída por alguns acidentes, se já foi proposto às Infraestruturas de Portugal algum outro tipo de solução e qual foi a

resposta dada por eles. Chama a atenção que quando foi da aquisição da viatura social, no outro mandato, essa decisão veio a Assembleia de Freguesia e todos estiveram de acordo com essa aquisição inclusive a oposição. Por último, o kit bebé que é oferecido aos bebés aos pais e bebés que nascem na nossa Freguesia e que começou numa ideia do membro Paula Diogo, gostava de saber se existe algum protocolo especial com a Wells, isto porque faz-se muita campanha com esta medida, mas a existe um kit baby Wells que está disponível a qualquer pessoa, a qualquer português e a qualquer bebé que nasce desde 2018. Por último, e serão as suas últimas palavras nesta Assembleia, o que tem sido feito é competência da Junta e nem tudo é mau, por muita discordância que exista consegue ver que alguma coisa tem sido feita assim como era feito na altura da CDU. Nem tudo é mau em cada mandato e temos sempre que pensar no bem-estar da população e no bem-estar da nossa Freguesia, é por isso que nos candidatamos.

Rui Guerra - CDU

Levantou algumas questões e esclareceu outras, nomeadamente sobre os campos de ténis no Bairro Gouveia, o parque infantil dos Brejos Faria, o parque infantil da Rua Azevedo Coutinho.

Sobre a escola uma parte já foi respondida, mas gostava de saber se as vagas dos professores estão já completas ou quase completas e se é uma turma ou duas turmas.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Em resposta ao membro Cândido Pereira, este tem toda a razão, o Parque das Salinas precisa de uma reabilitação urgente, foi anunciado um possível projeto e estamos no último ano de mandato. Em relação às calçadas, no interior dos Parques Municipais a competência é da Câmara, mas a Junta fez uma intervenção na calçada na sexta-feira junto ao bebedouro, houve uma rotura e teve que ser arranjada, houve uma instalação de um bebedouro, mas depois houve mais um ou dois trabalhos ali necessários.

Em resposta ao membro Rosa Paula Marques não se pode comparar o incomparável, não se pode solicitar uma intervenção nos muretes da Fonte da Prata, a Junta gostava de fazer se tivesse recursos humanos para isso. Estes muretes não são iguais aos que estão na Praceta Maria Lamas. A dimensão do Bairro da Quinta da Fonte da Prata não é tema para a Junta de Freguesia. Não vamos alocar os nossos recursos sem serem coisas que nós conseguimos fazer. Gostava que a Junta fizesse, mas não podem comprometer-se a tal.

Em resposta ao membro Pedro Galha, começa por lamentar a sua renúncia ao mandato, que continue a ser interventivo como foi nesta Assembleia e a contribuir seja de que forma for para melhorar a Freguesia.

O pedido que nos apresentaram da Escola José Afonso foi de retirar aquilo agora se eles pensam ainda melhorar ou fazer outro tipo de intervenção não sabe. O que foi pedido à Junta foi pintura, remoção e fazer também umas bancadas. O que foi pedido não era competência da Junta, mas fizeram.

Em relação à vedação da Vinha das Pedras, a Junta tinha pedido às Infraestruturas de Portugal o arranjo e esta a comprometeu-se a fazer uma vedação diferente daquela que fez, o que fez foi uma reparação. A desmatagem do canavial já é necessária outra vez. Esta zona da Vinha das Pedras, entre o Executivos da Junta e a Câmara, tem sido uma das zonas que têm levado mais investimento e mais intervenções no âmbito geral.

Em relação à viatura de nove lugares é completamente diferente daquilo que se passou agora. Nós não adquirimos a viatura efetuando um contrato com um empréstimo, nós adquirimos com capitais próprios, se a Junta fizesse um empréstimo tinha que vir à Assembleia, não foi isso que aconteceu, foi aprovado pela via orçamental.

Em relação aos kits dos bebés não há nenhum protocolo assinado, há uma parceria. O que é oferecido aos bebés é uma mala com 5 produtos. A Junta compra os produtos e a Wells oferece a mala ou sacola.

Em resposta ao membro Rui Guerra e em relação à colocação de professores, não tem conhecimento.

A Sra. Paula Diogo ainda interveio sobre este último tema informando que andou a pesquisar e, por exemplo, no agrupamento de escolas onde trabalha essa informação é pública no site do agrupamento, aqui não.

Jorge Marques - CDU

Perguntou em que pé está o painel de azulejos do Luís Guerreiro.

Eli Rodrigues - CDU

Foi dito que a bancada da CDU no voto contra o orçamento, votou contra todas as iniciativas da Junta. Isso não é verdade, porque ao votarem contra apresentaram uma declaração de voto onde consta o que não concordam.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

O painel está concluído e na próxima segunda-feira, o Executivo vai vê-lo. O Sr. Presidente aproveita para convidar quem queira ir também. Depois será criada uma Comissão para estudarmos onde este será colocado.

Não havendo mais intervenções por parte da Assembleia, a Presidente da Mesa deu por finalizado o último ponto da Ordem do Dia, passando, de imediato, à leitura da minuta da ata.

Não havendo intervenções sobre a minuta da ata, esta foi posta à aprovação.

A Minuta da Ata foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão pelas 01 horas e 08 minutos, do dia 24 de setembro de 2024.

A presente ata será colocada à discussão e aprovação pelos membros da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros e será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia de Freguesia após aprovação.

A Mesa da Assembleia de Freguesia:

Presidente: Maribel A. Lepe

1º Secretário: Cándido Hermenegildo Campos dos Reis

2º Secretário: Marina Paula Diogo



BANCADA SOCIALISTA NA ASSEMBLEIA FREGUESIA DE ALHOS VEDROS

Saudação aos Bombeiros Portugueses

Voto de Reconhecimento ao Trabalho Extraordinário e Excecional dos Bombeiros Portugueses nos Recentes Incêndios Florestais desta última semana em Portugal.

A Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros expressa, através deste voto, o seu mais profundo reconhecimento e agradecimento aos bombeiros portugueses pelo seu trabalho extraordinário e excecional no combate aos recentes incêndios florestais que devastaram várias regiões do país.

Num cenário de grande adversidade, marcado por condições meteorológicas extremas e a propagação rápida dos incêndios, os bombeiros demonstraram, uma vez mais, um espírito de sacrifício e dedicação inigualáveis. Com coragem, resiliência e um compromisso inabalável com a segurança e proteção das comunidades, estes profissionais foram além dos seus limites físicos e emocionais para salvar vidas, preservar bens e mitigar os danos ambientais.

A sua atuação pronta, organizada e eficaz revelou-se crucial na contenção dos incêndios e na minimização das suas consequências, frequentemente arriscando as suas próprias vidas em prol da segurança coletiva. A bravura e o empenho demonstrados são dignos da mais alta consideração e respeito por parte de todos os cidadãos.

Diante disso, a Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros, apresenta este voto de reconhecimento, sublinhando o papel fundamental dos bombeiros portugueses como verdadeiros heróis nacionais e pilares de proteção civil no país. Que o seu exemplo de dedicação e altruísmo inspire toda a sociedade, e que as condições de trabalho e apoio a estes profissionais sejam sempre garantidas, de modo a permitir que continuem a desempenhar o seu papel com a máxima eficácia e segurança.

Aos bombeiros de Portugal, o nosso mais sincero e profundo agradecimento.

Alhos Vedros 23 de setembro 2024

Os Membros da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros



Saudação à comunidade escolar da freguesia de Alhos Vedros

A educação é o alicerce fundamental no desenvolvimento de qualquer comunidade, sendo a Escola um dos pilares no desenvolvimento das capacidades intelectuais, morais, sociais e físico-motoras, na aquisição de conhecimentos e inserção das pessoas na vida ativa e na sociedade. A Escola é um espaço onde os sonhos se constroem, os futuros se definem e será sempre um veículo gerador de oportunidades.

Neste contexto e falando da nossa freguesia, no passado dia 12 de setembro, iniciou-se o ano letivo no Agrupamento de Escolas José Afonso. Este ano, tem como novidade, o Ensino Secundário, o que reforçará a nossa rede escolar e irá ao encontro das necessidades dos alunos e famílias da freguesia. Também aumentará a comunidade escolar.

A comunidade escolar é formada por outros agentes além de professores, alunos, assistentes técnicos e assistentes operacionais. Também é composta por um conjunto de profissionais, familiares e parceiros que desempenham um papel fundamental na construção do processo de ensino-aprendizagem e de desenvolvimento. A escola é um construtor de currículos e um espaço de aprendizagem e desenvolvimento que transcende os muros da sala de aula. Para que a educação seja completa e eficaz, é fundamental contar com a colaboração de diversos profissionais e parceiros.

A parceria entre a Assembleia de Freguesia e a Escola é e será sempre um importante contributo para os nossos alunos terem acesso a uma educação de qualidade e poderem desenvolver todo o seu potencial. No passado ano letivo iniciou-se o projeto “Assembleia de Freguesia jovem”, que tem como principal objetivo motivar e desenvolver competências para o exercício de uma cidadania ativa e responsável, valorizando a participação dos jovens para as questões fundamentais do poder local.

A Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros, reunida dia 23 de setembro de 2024, saúda:

- os alunos do Agrupamento de Escolas José Afonso, desejando que este ano seja repleto de novas descobertas, desafios superados e conquistas memoráveis;

- os professores do Agrupamento de Escolas José Afonso, desejando um excelente ano letivo, que sejam verdadeiros agentes de transformação social e que vejam a sua carreira docente valorizada;

- os assistentes técnicos e assistentes operacionais, que são parceiros indispensáveis na construção de uma escola inclusiva e de qualidade. O seu trabalho contribui para o bem-estar de todos os membros da comunidade escolar;

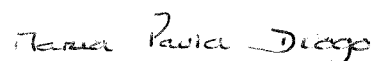
- as famílias, que são o primeiro ambiente de aprendizagem de uma criança, influenciando diretamente o desempenho escolar e o desenvolvimento dos alunos como cidadãos;

- outros profissionais e parceiros, que desempenham papéis cruciais na construção de uma comunidade escolar mais rica e dinâmica.

A ser aprovada, esta saudação deverá ser enviada ao Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas José Afonso, ao Sr. Presidente do Conselho Geral e às Associações de Pais e E.E. do Agrupamento.

Alhos Vedros, 23 de setembro de 2024

A eleita pela Coligação Merecemos +



(Maria Paula Diogo)

Moção de [REDACTED]

O fogo voltou a lavrar em Portugal, particularmente no Centro e Norte do País com uma intensidade e dimensão dramáticas.

Reafirmamos o pesar pelas vítimas mortais, designadamente pelos bombeiros que faleceram no cumprimento da sua missão cívica, prestamos a solidariedade a todos os atingidos.

É justo um sublinhado de apreço e gratidão pelo empenhado trabalho dos agentes de Proteção Civil, que continuam, ainda hoje, a combater os fogos e a proceder a operações de rescaldo e de defesa das populações.

A dimensão da destruição a que assistimos, – vidas humanas, habitações, indústrias e equipamentos coletivos, floresta e biodiversidade, explorações agrícolas, animais, maquinaria, entre outros – exige agora apoios amplos, simplificados e de rápida concretização.

A dolorosa experiência dos incêndios de 2017, em que foi aprovada uma lei de apoio às vítimas, a partir de uma proposta do PCP, deve ser uma base para a resposta que se exige agora.

Sem prejuízo da intervenção dos seguros onde houver lugar a isso, o Estado Português tem de assumir de forma rápida e ágil:

- a reconstrução das casas de primeira habitação e apoios às de segunda habitação; apoios ao restabelecimento do potencial produtivo na agricultura e na indústria;
- Apoios à perda de rendimento, particularmente aos pequenos e médios agricultores; apoios à alimentação animal;
- A retirada da madeira, impedindo a especulação e assegurando preços justos;
- Apoio à reconstrução de equipamentos coletivos; apoios às corporações de bombeiros.

Não desvalorizando as condições climatéricas excecionais que se viveram nos últimos dias, esta vaga de incêndios traz uma vez mais à evidência as fragilidades do sistema de Proteção Civil, na prevenção e no combate, com uma clara insuficiência de meios humanos, técnicos, materiais e logísticos que, para além de sucessivas doses de propaganda, não só não tem sido corrigida como se agrava.

Estamos perante uma nova Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, que o PCP contestou, concebida principalmente a pensar no acesso a fundos europeus, e insiste na subalternização dos bombeiros, ignorando que são estes que garantem mais de 95% das missões de socorro no País.

Na sequência dos incêndios de 2017, o governo do PS apressou-se a anunciar um pacote de medidas e levou por diante uma profusão de legislação a que apelidou da “maior reforma desde D. Dinis”, mas que, na realidade, grande parte delas não estão concretizadas total ou parcialmente.

A verdade é que sete anos depois, as propostas da Comissão Técnica Independente então criada no âmbito da Assembleia da República foram em larga medida desconsideradas e, no plano da floresta, esta à vista de todos o abandono a que foram votadas as áreas ardidas.

Mais de uma década depois, o Cadastro da Floresta está por concluir.

Os apoios aos baldios estão bloqueados há mais de um ano para não falar dos cortes brutais nas ajudas comunitárias.

As equipas de sapadores florestais teimam em não ser formadas na quantidade que estava identificada à dez anos atrás.

A utilização do fogo controlado para redução dos combustíveis é residual.

Os apoios públicos são na sua esmagadora maioria para as zonas de latifúndio onde os incêndios florestais têm menos impactos.

Os serviços do Estado, designadamente os ligados à Floresta, foram e são esvaziados de quadros e meios e veja-se a falta de visão sobre o País que temos quando se separa as florestas da área da Agricultura, como fez o PS.

Não negando origens criminosas, que devem ser apuradas e tratadas no quadro legal em vigor, e rejeitando linhas de acusação à pequena e média agricultura, a verdade é que a brutalidade da dimensão dos incêndios florestais está profundamente ligada a décadas de política de direita no plano nacional, alinhada com a Política Agrícola Comum.

Opções erradas que levaram e levam à destruição de centenas de milhar de explorações agrícolas com o conseqüente despovoamento e a substituição por matos ou monocultura de eucalipto.

E, no tempo mais próximo, esta realidade, que se repete ano após ano, não pode ser desligada de opções em que PS e PSD estiveram de mãos dadas, de não assegurar o investimento necessário nesta área.

Aqui chegados, o que se impõe não são anúncios sonantes ou justificações que só visam alimentar o discurso reacionário.

Há estudos, relatórios e conclusões tiradas, o que faz falta, e de uma vez por todas, é mesmo concretizar essas mesmas conclusões.

Este é o momento de fazer opções.

Ou se defende uma das maiores riquezas do País, que é a floresta, ou se garante que esta vai continuar nas mãos dos grandes interesses da indústria de celulose e das cortiças.

Defender a floresta é defender as populações e o País, é criar as condições para que o drama a que assistimos não se repita com as dimensões a que temos assistido.

Este caminho exige opções de fundo e acima de tudo impõe que se passe da conversa à ação assegurando os meios para isso, designadamente:

- Intervir no preço da madeira, garantindo aos produtores capacidade de gestão da floresta;

- Apoiar o desenvolvimento da pequena e média agricultura e da agricultura familiar, e em

simultâneo garantir, no mundo rural, os serviços públicos e o emprego de qualidade que

fixem as populações nesses territórios;

- Concretizar a Lei de Bases da Floresta e dos Planos Regionais de Ordenamento da Floresta, instrumentos fundamentais para o ordenamento do território mas que nunca mais saem do papel para o terreno.

- Apostar nas espécies autóctones e travar o caminho da eucaliptização, que não serve o país;

2

- Apoiar o Associativismo Florestal, nomeadamente as Zonas de Intervenção Florestal;

- Reforçar os serviços do Estado, desde logo do Instituto da Conservação da Natureza e da

Floresta.

- Avançar com a concretização, no mínimo de 500 equipas de sapadores florestais, assim como com a reconstituição do Corpo de Guardas Florestais, com o aumento significativo dos seus efetivos;

- Garantir aos bombeiros e às suas associações os meios para que cumpram a sua missão e as condições de comando e assim evitar perdas de eficácia na sua intervenção.

Mais do que novos anúncios sobre o que já está anunciado e o que está decidido e é preciso cumprir impõe-se a aplicação urgente de medidas. Assim o PCP, reconhecendo e valorizando o papel dos bombeiros, tomará de imediato a iniciativa do agendamento potestativo para 9 de outubro, na Assembleia da República, do Estatuto Social do Bombeiro, um passo indispensável para a dignificação da sua função, atribuindo-lhes a

condição de profissão de risco e desgaste rápido com o que daí resulta, com mecanismos de prevenção e compensação ou a redução da idade para a reforma.

A afirmação recorrente de que depois de 2017 ninguém se preocupou com os problemas da Floresta e da Proteção Civil tem como objetivo esconder que PS e PSD são os autores

materiais das políticas que nos trouxeram a esta situação.

Também nesta questão não são todos iguais. O PCP tem tido uma ação, intervenção e propostas sucessivamente rejeitadas por PS, PSD, CDS, Chega e IL, nomeadamente em sede de Orçamento do Estado.

Reiterando a solidariedade para com todos os atingidos, o PCP sublinha que, a não serem tomadas as medidas indispensáveis, tragédias como as desta semana repetir-se-ão ciclicamente.

Portugal não pode estar condenado a assistir às chamas que destroem o País.

No seguimento do dia de luto Nacional vamos agora cumprir um minuto de silencio

Alhos Vedros, ²³~~12~~ de setembro 2024

Os Eleitos da CDU

Eduardo Rodrigues
Fernando Marques
Sauê Soares
António da Silva Guerra

Assunto: Renuncia de Mandato do Independente Pedro Galha

À Exma. Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros

M^a Gabriela Filipe,

Nas últimas assembleias foram referidas, por diversas vezes e por vários membros desta Assembleia, haver irregularidades nas apresentações de documentos e nas decisões tomadas pelo executivo, sendo constantemente intitulados de “levantar problemas onde não existem” e de “não trazer ideias para a Freguesia”.

Pois bem, as propostas/recomendações que foram apresentadas no primeiro ano de mandato não foram tidas em conta por este executivo, por que até à data de hoje, nada se vê feito senão uma manutenção básica, ao local onde descansam os nossos antepassados, mais concretamente ao Cemitério da Vila, que é da responsabilidade dos demais executivos, além disso, continuamos a ver o sucessivo abuso no estacionamento por toda a Freguesia, por falta de civismo, é certo, mas também por falta de soluções, por que não podemos estar sempre à espera que outros o façam, sei que existe promessas mas “palavras levam o vento”.

Ao dia de hoje, 23 de Setembro de 2024, praticamente 3 anos de ter iniciado este mandato e após analisar os acontecimentos passados nas assembleias deste último ano, com os quais não me revejo, em questão de valores, em conjunto com dificuldade de motivos profissionais, que impossibilitam de estar mais ativo na vida pública da nossa Freguesia, não resta outra opção senão apresentar, à senhora Presidente, a minha renúncia do mandato como membro da Assembleia de Freguesia, com efeitos a partir do dia 24 de Setembro de 2024.

Como tal, e após esta decisão, deixo um apelo, às demais forças políticas bem como ao membro independente ainda com assento nesta Assembleia de Freguesia... Que cumpram com a verdadeira função de um eleito, acompanhando e fiscalizando as decisões do executivo, bem como de todas as suas atividades; deliberar e pronunciar-se sobre os assuntos da instituição, seja solicitado ou não pelo executivo e, acima de tudo, reforçar a transparência para o aperfeiçoamento da democracia de maneira a acabar com a desconfiança que existe nas entidades públicas por o nosso Portugal fora.

Dito isto, e a partir desta data, sempre que for necessário me dirigir a esta Assembleia, por que razão for, farei como antes fiz, como filho da terra que deseja que esta Freguesia seja o que foi outrora nos seus tempos áureos. Disse...

Alhos Vedros, 23 de Setembro de 2024

O Membro Independente Pedro Miguel Galha

Assinado por: **Pedro Miguel Martins Rodrigues**

Galha

Num. de Identificação: 11379311

Data: 2024.09.24 14:33:06+01'00'



CHAVE MÓVEL



Declaração Política 3 anos de Mandato

Declaração Política: Trabalho, recuperação e Investimentos na Freguesia de Alhos Vedros

Ao longo dos últimos 3 anos, a nossa freguesia tem vindo a ser alvo de um trabalho intenso e de um investimento contínuo, que têm transformado a nossa comunidade e melhorado a qualidade de vida de todos os seus habitantes, solucionando problemas existentes há vários anos, e recuperando Alhos Vedros do abandono e negligência, assim como serviços mínimos a que estava votada há décadas.

Com uma estratégia bem definida, centrada nas necessidades da população, e na resolução de problemas e carências, conseguimos implementar investimentos importantes que têm potenciado o desenvolvimento económico e social da freguesia. Estes investimentos refletem-se em novas infraestruturas, na construção ou criação de novos locais e parques infantis e na revitalização de espaços públicos, tornando a freguesia mais atrativa, mais apelativa e mais inclusiva para todos.

Acreditamos que o sucesso de uma comunidade depende da conjugação de esforços entre o poder local, o movimento associativo, e a sociedade civil. Por isso, temos promovido um ambiente favorável ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de novas iniciativas que contribuem para a dinamização económica, social, cultural e desportiva da freguesia. Temos o orgulho nestes 3 últimos anos de implementar em Alhos Vedros, mais atividades culturais, desportivas e mais apoios ao Movimento Associativo.

Além disso, temos investido na modernização dos serviços públicos, nos serviços operacionais prestados, no apoio às associações e às escolas e entidades do setor social, essenciais para a freguesia de Alhos Vedros. Estes esforços, já resultaram na conquista do ensino secundário na escola José Afonso, nas melhorias e oferta de transportes na Freguesia e nas melhorias de funcionamento do atendimento na nossa unidade de cuidados saúde primários em Alhos Vedros, com uma capacidade adequada e eficaz de atendimento a todos os utentes. Também foi possível a construção de 3 novos Parques Infantis para a população.

Nestes 3 anos de mandato foram várias as conquistas que enchem de orgulho a população de Alhos Vedros, pelo trabalho desempenhado pela sua autarquia, a inauguração do campo de futebol 11 do CRI, tão pretendida pela direção, sócios e simpatizantes, a implementação do Orçamento Participativo, tão solicitada por vários partidos há anos, as homenagens e pessoas e entidades, o Prémio Literário com edição do Livro em homenagem ao saudoso Leonel Eusébio Coelho, o registo dos Imóveis da Junta de Freguesia de Alhos Vedros e a cedência de um lote de terreno para

construção de um Núcleo Cultural, assim como a aquisição de uma carrinha de serviços, que já não acontecia há 13 anos, e investimentos de milhares de Euros nas nossas escolas em Climatização e obras de manutenção e reabilitação, os transportes na Freguesia e o ensino Secundário na Escola José Afonso em Alhos Vedros.

O nosso compromisso é continuar a investir no bem-estar dos nossos cidadãos, garantindo que a freguesia se mantenha num caminho de crescimento sustentado e de prosperidade partilhada. Queremos que cada habitante sinta que faz parte de uma comunidade que não só valoriza o seu passado, mas que olha para o futuro com confiança e determinação.

Falta mais um ano deste mandato, existe muito trabalho por executar, juntos, estamos a construir uma freguesia mais forte, mais dinâmica e mais preparada para enfrentar os desafios do futuro. Os frutos do trabalho e do investimento de hoje serão colhidos pelas gerações vindouras, e é com esse sentido de responsabilidade que continuaremos a nossa missão.

Alhos Vedros 23 de setembro 2024

Os Membros da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros

CDU

PCP-PEV 

Declaração Política

Caros fregueses, estamos a assistir hoje a mais um episódio da novela da dança das cadeiras e das trocas e baldrocas dos membros eleitos pelo PS nas últimas eleições para a Junta de Freguesia.

Começamos pela irregular constituição dos órgãos da Junta de Freguesia, nomeadamente a constituição da Mesa da Assembleia de Freguesia, pois esta foi constituída e não cumpria a lei da paridade.

Na assembleia seguinte saiu a (Célia Penedo) e entrou o (Carlos Dias).

Nessa mesma assembleia ficámos a saber que a número três da lista do PS às eleições (Rosa Paula Marques), tinha sido excluída do executivo devido a divergências graves entre esta e os outros elementos.

Esta eleita (Rosa Paula Marques), reforço, o elemento número três da lista do PS, passa para membro da Assembleia como independente.

Esta eleita (Rosa Paula Marques) foi substituída no executivo pela eleita que saiu da Mesa da Assembleia (Célia Penedo).

Passado pouco tempo houve nova alteração no executivo, a recentemente entrada (Célia Penedo) foi substituída pelo eleito (Paulo Pereira).

Ainda não tinha decorrido um ano de mandato, houve novas mudanças:

Na Mesa da Assembleia sai o eleito recém-entrado (Carlos Dias) e entra o eleito da lista do PS (Fábio Silvano).

No Executivo, o recém-entrado (Paulo Pereira) é substituído pelo recém-destituído da Mesa da Assembleia (Carlos Dias).

No final de 2023 a segunda-secretária da Mesa da Assembleia (Ana ^{Rosado} Paula Rosado), eleita pelo PS, pede para passar a independente e deixa o cargo

CDU

PCP-PEV 

de segunda-secretária, passando a membro efetivo da Assembleia de Freguesia como independente.

A eleição para a nova segunda-secretária da Mesa da Assembleia foi disputada entre uma eleita do PS (Célia Penedo) e a eleita do PSD (Paula Diogo), a eleita para a função foi a eleita do PSD (Paula Diogo). O mais caricato foi que o resultado da votação foi tão desnivelado que houve eleitos do PS, que não os já independentes, a votar na candidata do PSD.

Nem neles próprios votam, tal é a confiança.

No meio de tudo isto existem outras situações também relevantes, que queremos salientar:

Uma das figuras da lista do PS (Mafalda Campos), que estava como membro da Assembleia pede suspensão por um ano do cargo por motivos de saúde, mas, pela informação que nos foi disponibilizada, nunca apresentou um atestado médico a confirmar essa situação.

Outra figura da lista do PS (Irina Cardoso), também membro da Assembleia de Freguesia, também pediu a renúncia da função dizendo para que a bancada do PS não contar "mais com ela para substituições, porque as políticas / decisões praticadas até à data não se coadunam com os valores e princípios defendidos por a mesma."

Um outro truque, muito mais elaborado, praticado por este grupo de eleitos foi:

Suspender o mandato de um elemento do executivo, a vogal Paula Amorim, durante uns dias, para que esta, visto estar à frente na lista do PS apresentada às eleições relativamente à Ana ^{Paula} Rosado, fosse ocupar numa Assembleia de Freguesia o lugar da Ana Paula Rosado que tinha passado a independente de forma a impedir que esta não pudesse participar na Assembleia de Freguesia.

Após a Assembleia de Freguesia a ex-membro do executivo, Paula Amorim, volta às suas funções no executivo, como se nada se tivesse passado.

CDU

PCP-PEV 

Isto é muito rebuscado - Deve ser uma das maiores acrobacias políticas e administrativas que já observámos na nossa Freguesia e se calhar na maioria das freguesias do País. É este o respeito e a honestidade política deste executivo. Deixo este malabarismo à consideração de todos.

Hoje temos mais este capítulo da novela, temos três membros da lista do PS, o Fábio Silvano, o Paulo Pereira e a Ana ^{Paula} ~~Paula~~ Rosado, a desistir dos cargos para os quais foram eleitos, digo novamente mais três elementos da Lista do PS, todos com apresentação de renúncia dos mandatos para os quais foram eleitos, por não se reverem nas decisões e opções tomadas por este Executivo do PS.

Caros Fregueses, gerir a freguesia não é gerir a casa de alguém é gerir a casa de todos e só se consegue fazer este trabalho em conjunto, como podem ver o primeiro conjunto a ruir é o dos membros apresentados a eleições pelo PS.

Como podemos constatar com toda esta barafunda, estes elementos não estavam, não estão nem vão estar preparados para fazer melhor pela Freguesia de Alhos Vedros.

Todos conhecemos o ditado “casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão” aqui em Alhos Vedros podemos dizer que os eleitos do PS como não sabem o que estão ou vão fazer barafustam todos uns com os outros e foge cada um para seu lado.

Os eleitos da CDU

Eduardo Rodrigues

Fernando Soares

João Soares

Luís Miguel de Sousa Gomes

Alhos Vedros, 23 de setembro
de 2024